

Interseccionalidade de violências, discriminações e resistências: as trabalhadoras terceirizadas da limpeza e conservação¹

Tânia Mara Campos de Almeida

Universidade de Brasília, Departamento de Sociologia
taniamaraca@unb.br

Resumo

É abordada a perspectiva interseccional das categorias gênero, raça e classe neste artigo, com base no aprofundamento do seu debate teórico transdisciplinar e epistêmico. Recuperam-se suas origens, sua elaboração por intelectuais latino-americanas e seu emprego em análise a respeito da presença majoritária de mulheres negras pobres na função terceirizada de limpeza e conservação no setor público e privado, tendo como estudo de caso a Universidade de Brasília (UnB) no período de 2011 a 2013. O resultado da articulação entre vários sistemas de poder e da integralidade dos marcadores identitários gera o desvendamento de uma dinâmica de inomináveis e invisibilizadas violências e discriminações, as quais complexificam as desigualdades das nossas relações sociais e questionam paradigmas modernos vigentes na teoria social e nas políticas de intervenção. Por fim, remarca-se a dimensão positiva da interseccionalidade, uma vez que formas inesperadas de resistência e enfrentamento emergem no mesmo movimento de opressão e exploração no meio desse grupo de mulheres.

Palavras-chave: Classe. Gênero. Interseccionalidade. Raça. Terceirização. Trabalhadoras.

Intersectionality of violence, discrimination and resistance: outsourced worker women in cleaning and conservation

Abstract

The intersectional perspective of the categories gender, race and class is approached in this article, from the deepening of his theoretical debate transdisciplinary and epistemic. It

1 Este artigo deriva da grande pesquisa "Trabalhadoras invisibilizadas – trabalho, cidadania, saúde, educação e violência", financiada pelo CNPq (Edital MCT/CNPq/SPM-PR/MDA No 020/2010) e coordenada em seus aspectos gerais por esta autora, Dra. Tânia Mara Campos de Almeida, com a participação das Dras. Lourdes Maria Bandeira e Berlindes Astrid Küchemann e Dr. Joaze Bernardino-Costa (professor/as do Departamento de Sociologia/UnB). Fizeram parte da equipe de pesquisa, referente especificamente às terceirizadas da limpeza e conservação da UnB, os estudantes de graduação à época, Beatriz Gabriele de Castro Silva Irber, Maria Rita Rocha de Andrade, Mariana Souza Silva, Paulo Donisete Bento, Raquel Moreira de Souza, sob a coordenação específica da professora Tânia Mara Campos de Almeida. Aos colegas docentes e aos estudantes, agradeço as discussões e as reflexões a respeito do tema em questão nestas páginas.

recovers its origins, its elaboration by Latin American intellectuals and its employment in analysis regarding the majority presence of poor black women in the outsourced function of cleaning and conservation in the public and private sector, having as a case study an autarchy, the University of Brasília (UnB), from 2011 to 2013. The result of the articulation between several systems of power and the integrality of the identity markers generates the unveiling of a dynamics of nameless and invisible violence and discrimination, which complicate the inequalities of our social relations and question current paradigms in social theory and politics of intervention. Finally, the positive dimension of intersectionality is highlighted, since unexpected forms of resistance and confrontation emerge in the same movement of oppression and exploitation in the middle of this group of women.

Keywords: Class. Gender. Intersectionality. Outsourced. Race. Worker women.

Interseccionalidade de violências, discriminações y resistencias: las trabajadoras terceirizadas de la limpieza y conservación

Resumen

Se aborda la perspectiva interseccional de las categorías género, raza y clase en este artículo, a partir de la profundización de su debate teórico transdisciplinar y epistémico. Se recupera sus orígenes, su elaboración por intelectuales latinoamericanas y su uso en el análisis sobre la presencia mayoritaria de mujeres negras pobres en la función tercerizada de limpieza y conservación en el sector público y privado, teniendo como estudio de caso, la Universidad de Brasilia (UnB), en el periodo de 2011 a 2013. El resultado de la articulación entre varios sistemas de poder y de la integralidad de los marcadores identidad genera el develamiento de una dinámica de inamovibles e invisibilizadas violencias y discriminaciones, las cuales hacen más complejas las desigualdades de nuestras relaciones sociales y cuestionan los paradigmas modernos vigentes en la teoría social y en las políticas de intervención. Finalmente, se remarca la dimensión positiva de la interseccionalidad, cada vez que formas inesperadas de resistencia y enfrentamiento emergen en el mismo movimiento de opresión y explotación en medio de ese grupo de mujeres.

Palabras clave: Clase. Género. Interseccionalidad. Raza. Tercerización. Laborales.

Introdução

Reflexões sobre o tema “mulher(es) e trabalho” sempre estiveram presentes nos estudos feministas e de gênero, havendo hoje ampla literatura a respeito no Brasil e no exterior (BRUSCHINI e SORJ, 1994; ESTUDOS FEMINISTAS, 1994; ABREU, 1995; RICO, 1996; CEPAL, 1997; HIRATA e KERGOAT, 1997; BANDEIRA e OLIVEIRA, 1998;

KÜCHEMANN, 2001; ARAÚJO e SCALON, 2005; YANNOULAS, 2005; MELO, CONSIDERA e SABBATO, 2007; KÜCHEMANN, 2008; MELO e CASTILHO, 2009; BANDEIRA e ALMEIDA, 2015; dentre outras). Em linhas gerais, a atenção dispensada ao tema deve-se ao fato de, na sociedade moderna, o princípio da igualdade entre os indivíduos ser construído com base no reconhecimento de a força produtiva pertencer a cada um/a e, por conseguinte, de sua inserção como trabalhadores/as livres nas relações de produção. Estas, por sua vez, se encontram na esfera pública, uma vez que as capacidades produtivas circunscritas no âmbito doméstico e associadas às mulheres são vistas como “não trabalho” ou atividade de menor importância para a geração de riquezas. Tratam-nas, pela ótica patriarcal, como força meramente reprodutiva da mão de obra.

O vínculo ao mercado de trabalho significa sobrevivência para a grande maioria das pessoas, despossuídas de qualquer outro insumo que não seja o corpo físico e as faculdades mentais como meio de garantir a vida. Um pequeno grupo detém os meios de produção e – juntamente com a burocracia estatal que oferta serviços básicos à população – contrata o enorme contingente de “não proprietários/as”. Sobreviver nesse tipo de sociedade se refere, portanto, a prover-se e prover as necessidades de seus dependentes, bem como participar da condição cidadã estruturante da nação. Para as mulheres, especificamente, esse vínculo representa ainda mais, sendo também sinônimo de emancipação e autonomia ao ingressarem na esfera pública moderna, que se constitui um território exclusivamente masculino e não neutro – um domínio do homem branco, com posses e heterossexual (WARNER, 1990; 1992).

A participação ativa das mulheres nas relações produtivas sempre foi um fenômeno complexo, com desdobramentos concretos em todas as searas da vida humana, tanto que se tem tornado objeto investigado por diversas perspectivas teóricas e recortes nas Ciências Sociais e Humanas. Tal ingresso vem se realizando após transformações profundas nas subjetividades, nas interações sociais, nas dinâmicas laborais, nos campos jurídicos e econômicos, dentre outros. Constata-se ainda a permanência de uma significativa gama de desvantagens, opressões e violências dirigidas às mulheres nesse movimento de autonomia que vai desde os preconceitos sofridos por estarem “fora” do lugar, os salários desiguais aos dos homens nas mesmas funções, os inúmeros limites impostos a elas para alcançarem o topo de suas carreiras até o exercício das duplas e triplas jornadas por continuarem responsáveis pelas atividades domésticas.

No Brasil, as características históricas da nossa construção como Estado-Nação, da formação étnico-racial do povo e da modelagem da sociedade nos parâmetros da modernidade ao longo da República trouxeram particularidades às categorias profissionais e suas configurações atuais. Algumas profissões possuem mulheres como maioria, são marcadas pela presença de grupos raciais/étnicos, respondem a fluxos migratórios internos do país, são formadas por camadas pobres e com baixa escolaridade, não acenam com ascensão social, são transmitidas por meio do saber popular de uma geração a outra, invisibilizadas socialmente, anuladas nas estatísticas e subsumidas das políticas de desenvolvimento. Grosso modo, são profissões responsáveis por atividades braçais, maçantes, automatizadas, realizadas em condições precárias e, muitas vezes, insalubres, desprestigiadas e de pouca importância.

Bandeira e Almeida (2015) mostram que o serviço de limpeza – visto como altamente modernizador das relações de trabalho pela perspectiva neoliberal por ser realizado por empresas privadas a outras empresas, órgãos públicos, ruas e cidades – tem à sua disposição maciçamente esse grupo de mulheres, que não são subalter-

nizadas nesses ofícios apenas em suas dimensões econômicas, mas também como corpos interseccionados por diversas opressões: mulheres negras pobres. A dinâmica da interseccionalidade vem sendo vivenciada por elas, ampliando a compreensão sobre a (re)produção de desigualdades nesses contextos e os impactos das relações de poder nos seus cotidianos.

Hoje, é possível conhecer um pouco da difícil e violenta realidade das mulheres negras no país em termos econômicos, raciais e de gênero. Para tanto, essas categorias mostram-se indispensáveis e, muitas vezes, por estarem imbricadas em um feixe de relações, mostram-se desafiantes à comunidade acadêmica, ao Estado, às leis, às ações públicas e sociais. Aos poucos, a produção de pesquisas e estudos, inclusive por órgãos do governo federal, começou a investigar nossa realidade pelo prisma interseccionado e crítico à “democracia racial”, ao mito da igualdade entre mulheres e homens, bem como à ideia de que a opressão seria resolvida apenas pelo crescimento econômico da nação.

Dentre alguns dos resultados desse conjunto de pesquisas e estudos, vê-se que as mulheres sobressaíram aos homens na educação entre 1995 e 2015, mas, ao se observar raça, isso se modifica. A taxa de analfabetismo, que vem caindo, apresenta diferencial: em 2015, entre as brancas com 15 anos ou mais, somente 4,9% eram analfabetas; no caso das negras, esse número dobrava, 10,2%. Apesar dos avanços no nível superior, mantêm-se as distâncias. Duplicou a população branca com 12 anos ou mais de estudo (de 12,5% para 25,9%) e a negra saiu de 3,3% para 12%, mas chega agora ao patamar de vinte anos atrás em que estava a branca (IPEA/ONU Mulheres, 2017).

No mercado de trabalho, a maior parte dos indicadores apresenta-se estancado (homens brancos no topo e mulheres negras na base). A parcela da população ativa (16 a 59 anos) empregada ou à procura de emprego revela fortes barreiras para as mulheres entrarem no mercado, apesar das superações das décadas passadas. Entre 1995 e 2015, a taxa de participação feminina pouco oscilou em torno dos 54-55%. Quase metade das brasileiras em idade ativa está fora dessa seara. Aquelas que se lançam no mercado se deparam com obstáculos. Em 2015, a taxa de desocupação feminina era de 11,6%, enquanto a dos homens era de 7,8%. Para as mulheres negras, a proporção chegou a 13,3% (a dos homens negros, 8,5%). Maiores percentuais estão entre as negras com ensino médio completo ou incompleto, com taxa de desocupação de 17,4% em 2015 (IPEA/ONU Mulheres, 2017).

Dados como esses revelam a pior posição para as mulheres negras pobres na escala social e apontam para uma projeção futura pouco esperançosa, ainda mais no cenário atual de conservadorismo, crise econômica e reforma trabalhista. Revelam também que as desigualdades de gênero e raça merecem atenção. Afinal, supunha-se ser a trajetória de uma pessoa na sociedade capitalista definida apenas pelo seu pertencimento a uma classe, sua situação econômica e inserção profissional. Discriminações ainda são barreiras à igualdade de oportunidades, vida digna e equânime às mulheres e aos negros, apesar de políticas terem alcançado êxito em questões relativas ao acesso à educação, aumento de renda, qualificação profissional e crédito (IPEA, 2016).

Nesse panorama, encontra-se a principal questão deste artigo: identificar e analisar vivências laborais e pessoais de trabalhadoras terceirizadas da limpeza e conservação em um estudo de caso na Universidade de Brasília (UnB) no período de 2011 a 2013. Trata-se de levantar e discutir, pela perspectiva da interseccionalidade de gênero, raça e classe social, seu perfil sociodemográfico e suas concepções a respeito

de violências e discriminações que incidem em seu cotidiano de trabalho e relações domésticas. Além disso, busca-se identificar formas de enfrentamento às adversidades decorrentes desses processos de exploração econômica e de opressão racial e sexista.

1 Revisão de Literatura

A escolha dessa categoria profissional foi motivada, inicialmente, pela busca de se estudar grupos de mulheres que se inserem no mundo do trabalho por meio de ofícios situados dentro ou próximos do âmbito privado, além de lidarem com práticas laborais vistas, no geral, como abjetas (KRISTEVA, 1986) na nossa sociedade. Seriam, portanto, práticas reconhecidas como ofícios de diminuto valor socioeconômico, político e histórico, designadas tradicionalmente por meros desdobramentos da “essência” feminina, “devoção” e “missão” espontânea das mulheres (WOOLF, 1997). Tais atividades, embora de extrema necessidade cotidiana, são associadas pelos olhos do senso comum ao feminino, por serem relativas aos cuidados, à limpeza e higiene, bem como por demandarem menor qualificação profissional (NOBRE, 2004).

Ao se mapear alguns desses grupos pela perspectiva inicial de “mulher(es) e trabalho”, notou-se forte existência neles da intersecção da categoria gênero com outras categorias sociológicas como recorte inovador aos estudos habituais: a interseccionalidade. Esse conceito surgiu e se desenvolveu nos anos 1960 e 1970 no meio sociológico e em afinidade com movimentos de mulheres negras nos Estados Unidos. Em 1980, Kimberlé Crenshaw elabora-o no “Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero”,² atrelando-o a condições de múltiplas, co-constitutivas e invisíveis violências, oriundas dos interjogos de poder que se realizam no interior de cada grupo de gênero, raça e classe.

No Brasil, essa perspectiva também vem sendo explicitada em termos próprios, com grande propriedade por nossas intelectuais desde os anos 1980 e 1990 (GONZALEZ, 1982; 1983; CARNEIRO, 1985; SAFFIOTTI, 1992; 1995; AZEREDO, 1994; BAIRROS, 1995; RIBEIRO, 1995, dentre outras). Jurema Werneck (2005), especificamente, fala da inviabilidade de o termo feminismo abarcar as mulheres e os ativismos, uma vez que seu ângulo foi definido por brancas burguesas do hemisfério norte nos anos 1970.

Por essa ótica interseccional, observa-se que as categorias profissionais que mais empregam mulheres no Distrito Federal (DF) com baixo nível de escolaridade, migrantes do interior do país (especialmente do Norte e do Nordeste), negras (pretas e pardas), segundo categorias utilizadas pelo IBGE (OSORIO, 2003), e, muitas vezes, em situações de exclusão social são justamente aquelas tradicionalmente associadas à dita “natureza feminina” pela ótica patriarcal. Trata-se daquelas profissões responsáveis pelos cuidados mais diretos com os corpos, alimentos e higiene, assim como responsá-

2 Background Paper for the Expert Meeting on Gender Related Aspects of Race Discrimination, Estudos Feministas 1/2002 (p. 171 a 188). Em entrevista a Bim Adewunmi, tradução de Bia Cardoso (Blogueiras feministas), original Kimberlé Crenshaw on intersectionality: “I wanted to come up with an everyday metaphor that anyone could use” no site New Statesman em 02/04/2014, Crenshaw afirma não ser novo o conceito: “Muitos dos antecedentes para formar esse conceito são tão antigos quanto Anna Julia Cooper e Maria Stewart no século 19 dos EUA, e continua seu caminho por meio de Angela Davis e Deborah King”, diz. “Em cada geração, em cada esfera intelectual e em cada momento político, existiram mulheres afro-americanas que se articularam a partir da necessidade de pensar e falar sobre raça através de lente que observe a questão de gênero, ou pensar e falar sobre feminismo que observe a raça”.

veis pela limpeza dos ambientes. São profissões associadas à ideia de menor esforço intelectual, criação, domínio da tecnologia, formação geral, inserção nas relações modernas entre iguais e, enfim, à ideia de menos produtividade.

Há décadas, Ortner e Whitehead (1981) mostraram que a equivalência entre a masculinidade (e suas atividades correlatas) e o *locus* de prestígio social é capaz de contaminar com seu *status* superior as ações e os campos de atuação que se encontram a cargo dos homens – apesar do caráter não fixo das tarefas ao longo do tempo e através das sociedades. Assim, não seriam os trabalhos sob a responsabilidade dos homens, representantes da autoridade patriarcal, que lhes confere sua importância. Os ofícios em si nada diriam. Na verdade, estes ganham distinções na lógica relacional hierárquica, estabelecida pelo predomínio do pensamento binário, que polariza assimetricamente o masculino e o feminino, o público e o privado, a cultura e a natureza, trazendo o primeiro termo em posição de destaque em detrimento do segundo, subordinado a ele. Em suma, os homens é que dotariam de prestígio as tarefas que realizam, fazendo de masculinidade e *status* qualidades intercambiáveis, bem como reforçariam seu prestígio ao desempenharem exatamente tais atividades já valorizadas no imaginário social.

Se da ótica do gênero há uma polaridade estabelecida entre masculino e feminino, conferindo um prestígio e *status* superior ao primeiro termo, algo também semelhante ocorre no campo das relações raciais, tendo essa dimensão da vida social especial relevância também na consideração das desigualdades. Embora a estruturação das relações raciais no país possua inúmeros matizes, verifica-se uma associação entre algumas profissões e grupos raciais. Em geral, essa associação entre profissões e grupos raciais confere ao grupo populacional identificado como branco as posições de maior prestígio e *status* e confere ao grupo populacional identificado como negro as posições de baixo prestígio e menores salários. Assim, as combinações de raça, classe e gênero nas sociedades modernas, especialmente na sociedade brasileira, resultam em desigualdades que requerem um olhar acurado para seu entendimento e desmonte via políticas públicas. Pesquisa realizada pela Fundação Seade em conjunto com o Dieese (2017), noticiada pela *Folha de S. Paulo* (“Escolaridade não equipara renda entre negros e brancos” – Mercado, em 15/11/2017), mostra que a diferença salarial entre brancos e negros se aprofunda no topo do mercado de trabalho, mesmo tendo os/as negros/as alto grau de escolaridade no país.³

Paralelamente, nota-se que haveria um *continuum* entre os grupos associados a cada polo dessa estrutura binária. As mulheres e os homens não se estabelecem como massas homogêneas, que apenas se contrapõem e se complementam mutuamente. Diversos subgrupos de mulheres e de homens compõem novas relações de assimetria entre si, tanto que se observa, por exemplo, a presença de mulheres em condições superiores a outras em determinadas cenas sociais. É a essa dinâmica entre o princípio do masculino e do feminino, com certa estabilidade na nossa sociedade em corpos de homens e de mulheres, que várias autoras, especialmente pela perspectiva decolonial (BALLESTRINI, 2013), vão nomear de “gênero” e apontar para sua reprodução em circunstâncias variadas na ordem patriarcal (SEGATO, 2003). Logo, as intersecções da categoria gênero com outras categorias sociológicas são o acesso para a

3 Hasenbalg (1979) e Hasenbalg e Silva (1988) já revelavam desvantagem dos negros. Mesmo nos casos em que havia níveis competitivos de instrução e experiência profissional, eram preteridos a favor de brancos com equivalente formação. Quanto maior o nível educacional, mais atrás ficavam nos postos de trabalho.

compreensão de relações de poder que escapam do habitual jogo “homem X mulher”, situando-se na assimetria existente entre mulheres brancas e negras, mulheres urbanas e rurais, mulheres de classes médias e de classe populares, dentre outras.

Por ser o ingresso ao mundo do trabalho a grande possibilidade de as mulheres se emanciparem e conquistarem autonomia na modernidade, tem sido fundamental para determinadas mulheres na história do Brasil, em condições existenciais menos favoráveis, que outras se ocupem das atividades domésticas e dos cuidados que lhes foram tradicionalmente imputados. Esse é o caso das trabalhadoras domésticas, que são majoritariamente mulheres, negras e estão submetidas a relações gestadas no passado escravocrata, tal como aquelas que lhes negam, pela ausência de direitos, um lugar de trabalhadora ativa: falta de limites de horário de trabalho, falta de moradia independente do/a empregador/a, falta de definição clara de suas atribuições, falta de poder de decisão ante as atividades rotineiras, falta de contato com sua família de origem, que, em geral, se encontra no interior do país, etc. Enfim, as trabalhadoras domésticas foram a única categoria que constituiu exceção à legislação trabalhista vigente a partir da Constituição Federal de 1988. Apenas recentemente, com a Emenda Constitucional n. 72/2013 (popularmente conhecida por PEC das Domésticas) e com a Lei Complementar n. 150/2015, houve inclusão delas em todos os direitos trabalhistas gerais.

Somam-se à categoria das trabalhadoras domésticas, as mulheres garis. Embora nesta profissão haja maior presença dos homens, trata-se de um ofício feminizado por ser aquele responsável pela limpeza da sujeira em áreas públicas (ruas, vias e praças públicas), do abjeto na sociedade. Por isso, mesmo os trabalhadores homens que aí se encontram são também portadores de signos sociais inferiores quando relacionados a outras hierarquias. São funcionários/as com baixo grau de escolaridade, negros/as oriundos/as de regiões empobrecidas e violentamente ignorados nas interações sociais por demais grupos de pessoas (COSTA, 2008; BANDEIRA; ALMEIDA, 2015).

Outra categoria profissional bastante próxima às anteriores é a de serviços de limpeza e conservação em instituições públicas e privadas, o que atrai para si questões semelhantes às já mencionadas. A atribuição de limpar ambientes, que deveria pautar-se pelas relações de igualdade entre todos/as os/as, acarreta distinções que precisam ser conhecidas. Em particular, os serviços dessas instituições vêm sendo terceirizados, o que contribui para a emergência de novos padrões de relacionamentos e de restrições de direitos aos/às seus/suas contratados/as. Muitas vezes esse segmento de trabalhadoras/es, ao ser contratado para serviços de apoio, acaba sendo destinado desvirtuadamente aos de limpeza. As pessoas resignam-se a realizá-los e silenciam, com receio da perda do contrato.

Os estudos interseccionais, feministas e decoloniais latino-americanos têm contestado os limites daquilo que classicamente se considera a seara do trabalho, a formação das classes e a economia autônoma às demais dimensões sociais. Para Werneck (2005), a escravidão, em contexto de dominação e exploração extremas, não está dissociada do desenvolvimento do capitalismo nos territórios brancos, pois serviu de base para sua instalação. Por ângulo similar, Lugones (2007; 2008) e Mendoza (2010) afirmam que gênero e raça foram constructos forjados juntos para genderizar e racializar os grupos submetidos ao poder colonial e são constantemente recriados para viabilizar o capitalismo contemporâneo, que, em leitura superficial, parece distinguir as pessoas apenas por classes, porém há outras distinções dessas pessoas com base em um estigma rotulador dos/as integrantes dessas três profissões.

Desse modo, conforme aponta Douglas (1976), o puro e o impuro são fenômenos que transcendem a esfera da assepsia físico-biológica, constituindo marcas que estabelecem coerência cultural, naturalizam e impõem ações. A sujeira está relacionada à desordem, ao perigo, ao erro e ao anormal e contamina quem com ela lida, ao mesmo tempo que quem acaba lidando com a sujeira é um grupo visto em similitude com suas características (pessoas pobres, oriundas de famílias consideradas em desordem, que representam anormalidade e risco social). Kristeva (1986) acrescenta que, por meio da exclusão e da segregação, determinadas coisas e pessoas são designadas abjetas. A sociedade arregimenta forças para que os sujeitos abjetos sejam controlados, tenham seus limites claros, sejam contidos e rejeitados, mantidos fora do corpo social cuja identidade dos seus membros é dita pura, limpa e se vê incluída. Para Butler (1990), trata-se de um processo pelo qual os “outros” são transformados em lixo, produzindo a estabilidade e a coerência das identidades hegemônicas justamente nessa diferenciação daqueles/as que são abjetos.

Poucos estudos existem sobre essas categorias profissionais e, especialmente, dentro da intersecção de gênero com outras categorias sociológicas. Por isso, essas mulheres se destacaram como público-alvo de uma grande pesquisa realizada entre 2011 e 2013 intitulada “Trabalhadoras invisibilizadas – trabalho, cidadania, saúde, educação e violência”, desenvolvida pelo Departamento de Sociologia e pelo Núcleo de Estudos e Pesquisa sobre Mulher (Nepem) da Universidade de Brasília (UnB). Afinal, o tema exige que se elaborem várias reflexões e análises multissetoriais e interdisciplinares, capazes de alcançar a estrutura interseccionada de gênero e outros marcadores sociais, bem como de normas e valores, que vêm organizando nossa realidade de maneira desigual e opressiva entre vários grupos sociais.

Em particular, a relevância dessa pesquisa, além da gama de questões citadas anteriormente, refere-se ao fato de ter se desenvolvido na própria UnB, instituição com ideais humanistas, democráticos e cidadãos. Após mais de cinquenta anos de instalação da capital do país, que também nasceu de fortes referências modernizadoras, de que modo práticas laborais com feições pré-modernas ocorrem nessa instituição? Quais as articulações entre os direitos de cidadania e as restrições hierárquicas em cenário que deveria ser exemplar para novas sociabilidades e novos sujeitos políticos na comunidade universitária? Para tanto, é necessário considerar que elementos preconceituosos e arcaicos, que compõem a cultura brasileira patriarcal, orientam frequentemente práticas e concepções que eclodem em situações degradantes e indignas às minorias sociais. Logo, estudar como a realidade dessas trabalhadoras se coaduna com tais plataformas modernas e como elas percebem as ações dos/as agentes públicos/as na busca de lhes garantir seus direitos na capital brasileira e em uma universidade pública de alta qualidade acadêmica também releva a importância da investigação empreendida.

2 Método

A pesquisa em questão caracterizou-se por uma abordagem metodológica quali-quantitativa que pretendia compreender a problemática das trabalhadoras de limpeza e conservação da UnB, considerando os fenômenos socioculturais e psicossociais aí implicados de forma abrangente, multifacetada e interdisciplinar. A abordagem de métodos quantitativos (COHEN; MANION, 1994) e qualitativos (MINAYO, 1992; TRIVIÑOS,

1987) ampliou as possibilidades de análise, na medida em que fez emergir dados objetivos e conteúdos subjetivos que permitiram conhecer e investigar o perfil socioeconômico, racial, geracional e cultural do grupo, as implicações subjetivas do trabalho, as vivências e as representações sociais dos temas “trabalho”, “educação”, “saúde” e “violência”, dentre outros aspectos.

A pesquisa teve como lócus central para a coleta de dados as dependências dos quatro *campi* da UnB (Darcy Ribeiro, Gama, Planaltina e Ceilândia), percursos de ônibus das trabalhadoras e algumas de suas residências. De início, foi realizado levantamento quantitativo das trabalhadoras nos órgãos das categorias e em outras instituições correlatas, a saber: sindicatos, agência dos trabalhadores do DF e firmas de terceirização de serviços gerais a instituições públicas. Foi importante mapear os dados disponíveis nesses órgãos, esboçando preliminarmente um perfil estatístico e sociodemográfico do contingente populacional geral. Contudo, nas páginas que se seguem, será apresentado apenas o conjunto de dados realizado no universo quantitativo das terceirizadas da limpeza na universidade, em todos os seus *campi*, o que totalizava à época 522 sujeitos.

Em seguida, foram desenvolvidas quatro etapas da coleta por intermédio de: a) observação *in loco*; b) aplicação de 130 questionários ao conjunto de trabalhadores/as, definido por amostragem estatística simples; c) entrevista individual; d) grupo focal. A participação na pesquisa obedeceu ao critério de voluntariado, ficando as/os informantes devidamente aclaradas/os em conversas e no “Termo Esclarecido e de Livre Consentimento” (de acordo com as orientações do Conselho de Ética em Pesquisa – CEP/UnB). Também foram entrevistadas/os alguns representantes do sindicato, das empresas e do Ministério do Trabalho, assim como foram buscadas informações na Delegacia Regional do Trabalho/DF (DRT/DF), com vistas a identificar registros relativos à categoria entre os anos 2011 e 2012.

A observação *in loco* constituiu-se no acompanhamento direto do cotidiano laboral das trabalhadoras, cujo método é amplamente utilizado em estudos etnográficos. A entrevista semiestruturada (MINAYO, 1992; BAUER; GASKELL, 2002; TURATO, 2003) contou com roteiro básico, pautado por questões voltadas às vivências das trabalhadoras, bem como por temas inter-relacionados: trabalho, cidadania, saúde, educação e violência. Foram considerados aspectos de suas histórias de vida e escolhas profissionais. As entrevistadas tiveram a possibilidade de discorrer sobre os temas propostos, sem respostas ou condições previamente fixadas, aprofundando-se nas questões apresentadas. O número de entrevistadas mulheres foi de 13, 10% do número total das/os respondentes do questionário.

Em relação à realização de entrevistas com representantes das instituições sindicais, das empregadoras e do Ministério do Trabalho, verificou-se em que medida esses segmentos têm conhecimento, seja das condições de trabalho seja de como tais práticas profissionais vêm sendo realizadas, as legislações (não) aplicadas, os riscos de acidente, assim como as condições de insalubridade, geralmente presentes, no desenvolvimento laboral. Conhecer registros realizados por trabalhadoras/es dessa categoria na DRT/DF implicou conhecer os acidentes de trabalho, suas reivindicações, as expressões de discriminações e de violências às quais estão sujeitas/os.

Outro foco de estudo e análise foi a significação da atividade de cuidar e limpar construída por intermédio do grupo focal, visando à obtenção da compreensão do processo e da vivência desse tipo de trabalho entre as profissionais, bem como suas re-

percussões no processo de subjetivação. Essa última etapa não se localiza nas problemáticas individuais, mas refere-se à produção coletiva a respeito do sentido do trabalho e dos indicadores de sofrimento dessas práticas ecoado nas suas vidas pessoais e familiares. Logo, o objeto central desse procedimento metodológico foi a relação estabelecida entre o coletivo com sua atividade profissional e os sistemas defensivos (individuais e grupais), oriundos da tensão ocasionada por tais experiências (DEJOURS, 1992).

O grupo focal seguiu modelos aplicados nas Ciências Sociais, Humanas e da Saúde (DAWSON, MANDERSON; TALLO, 1993; GOMES; BARBOSA, 1999). No grupo, as falas individuais foram confrontadas, exigindo uma reelaboração do vivido subjetiva e coletivamente. Ao se lançar mão de tal estratégia, foi possível reconfirmar as representações sociais identificadas nas entrevistas individuais e compreender melhor as intersecções do gênero com outras categorias sociológicas. O grupo focal foi composto por 12 pessoas, sendo escolhidas de forma aleatória, tendo apenas como critério serem profissionais distintas daquelas participantes das entrevistas semiestruturadas e praticamente 10% das/os respondentes do questionário.

A proposta metodológica permitiu flexibilidade na construção de suas etapas. O uso de diferentes métodos e instrumentos de coleta de dados em uma mesma pesquisa é conhecido por técnica metodológica de triangulação. Essa técnica permite que os dados, reunidos por diferentes instrumentos, possam ser confrontados, cotejados e refinados com base em diversas perspectivas (COHEN; MANION, 1994). Assim, os resultados das etapas foram sistematizados e analisados de maneira integrada, mas os resultados apresentados a seguir concentram-se no trabalho quantitativo realizado por meio da aplicação do questionário.

3 Resultados

No período de coleta de dados, 2011 e 2012, havia 522 funcionários entre mulheres e homens, sendo 326 mulheres e 196 homens. O corpo funcional de terceirizadas/os de limpeza e conservação da UnB equivalia à maioria de mulheres, 62,45%. Foram respondentes do questionário 89 funcionárias, sendo 27,30% dessas mulheres terceirizadas, atuantes nos quatro *campi* (Darcy Ribeiro, Gama, Ceilândia e Planaltina). Este artigo ater-se-á especificamente a esse conjunto de dados quantitativos, que revela um interessante perfil sociodemográfico dessas trabalhadoras, com ênfase em questões afeitas ao ofício desempenhado, suas dinâmicas e representações a respeito, bem como à raça, faixa etária, educação, moradia, saúde, discriminações e violências, baseando-se nos resultados percentuais organizados e apresentados na monografia de Irber (2016).⁴

Na UnB, era o Decanato de Gestão de Pessoas (DGP) que acompanhava as empresas empregadoras e fiscalizava o cumprimento das cláusulas contratuais, possuindo uma coordenação específica (Coordenação de Terceirização). Também era competência dessa coordenação as operações de processamento da folha de pagamento dos prestadores de serviços terceirizados. Na época, a empresa terceirizada com con-

4 Beatriz Gabriele de Castro Silva Irber realizou o trabalho de sistematização quantitativa dos dados, sob a orientação desta autora, Tânia Mara Campos de Almeida, em sua monografia de conclusão do curso de sociologia em 2016, "Trabalhadoras terceirizadas de limpeza e conservação da UnB: relatos de violências, invisibilidade e precarização".

trato vigente encontrava-se em débito salarial com todo o corpo de funcionárias/os de limpeza e conservação.

Assim, a participação das trabalhadoras na pesquisa representou um meio que encontraram de serem “ouvidas” sobre os problemas com a empresa, as péssimas condições laborais e as complicações decorrentes, uma vez que a empresa não dialogava com elas. Muitas pessoas estavam há mais de dois meses sem pagamento, com dificuldades financeiras e, então, entraram em greve. Seus rendimentos mensais eram, em média, pouco mais de um salário mínimo, sendo muitas delas as principais ou únicas provedoras da família (37%, solteiras; 11,2%, separadas/divorciadas; 2,3%, viúvas; e 88% do total tinham filhos/as). Em relação ao número de filhas/os, 88% das terceirizadas possuíam e apenas 12% não tinham filhos.

A UnB precisou intervir para que os/as trabalhadores/as não seguissem sendo prejudicados/as,⁵ bem como a comunidade acadêmica. Uma das consequências dessa situação foi o fechamento da Biblioteca Central (BCE) e outros setores da universidade. Diante dos impasses, a UnB rompeu o contrato com a empresa em fevereiro de 2012, respaldada por acordo firmado no Ministério Público do Trabalho do Distrito Federal e Territórios (MPT-DFT), e passou a pagar os/as trabalhadores/as diretamente. Em paralelo, a UnB voltou-se para efetivar a contratação emergencial de nova prestadora de serviços.

É importante registrar que 13% das trabalhadoras já tinham sido contratadas anteriormente por empresas prestadoras desses mesmos serviços à UnB, mas não usufruíam do direito de gozar as férias, uma vez que eram demitidas antes de um ano de casa. Quando finalizava um contrato, a nova empresa recontratava um percentual dessas trabalhadoras, configurando a presença dessas entre nove e 28 anos na universidade e, na prática, sem as férias. Mais da metade do contingente (52%) trabalhava ali entre um e dois anos, 17% a menos de um ano. Grande parte delas era oriunda do trabalho terceirizado em outros locais e do trabalho doméstico.

As atividades de limpeza e conservação eram divididas em equipes só de mulheres e em algumas poucas mistas. Todas executavam praticamente as mesmas atividades: lavagem, varrição, catação, transporte de materiais, faxina em geral, limpeza de banheiros, salas, anfiteatros, bibliotecas, murais, cadeiras, janelas, vidraças, portas e laboratórios. Enquanto as mulheres eram as responsáveis constantes por esse trabalho, os homens eram mais encontrados em cargos de encarregados, ou seja, os que comandam e coordenam um setor e, conseqüentemente, são responsáveis pela atuação das equipes – sua composição e as atividades a serem realizadas durante a jornada de trabalho.

A rotina laboral era feita em dois turnos (manhã e noite), de nove e 12 horas de trabalho, o que significa que o exercício das atividades ocorria praticamente durante 22 horas ininterruptas e todos os dias. Pela manhã, havia duas diferentes escalas de horários: início às 7 horas e término às 16 horas e início às 8 horas e término às 17 horas, com uma hora de almoço para cada uma das escalas. O período noturno começava às 18 horas e estendia-se até as 6 horas da manhã, com uma hora para o jantar. As terceirizadas que atuavam nesse turno trabalhavam 12 horas e folgavam no dia seguinte,

5 A Secretaria de Comunicação da UnB informou que parte dos trabalhadores terceirizados paralisaram suas atividades por mais de um mês diante da falta de salários e benefícios que deveriam receber da empresa responsável pela terceirização do serviço (Secom/UnB, 17/01/2012). Disponível em: <<http://unb.br/noticias/unbagencia/unbagencia.php?id=6149>>. Acesso em: 10/08/2018.

havendo um rodízio entre dois grupos também aos sábados e domingos. As que trabalhavam diuturnamente permaneciam nove horas todos os dias na instituição, folgando apenas nos finais de semana.

Algumas terceirizadas relataram haver falta de material para limpeza, que deveria ser fornecido pela empresa contratante. Muitas vezes o trabalho tornava-se mais difícil por terem de fazer a limpeza apenas com água e vassoura, exigindo-lhes mais esforço físico. Houve queixas em relação ao tempo que ficavam em pé durante uma jornada, ocasionando-lhes dores nas pernas e nas costas, entre outras. Dentre elas, 56,2% afirmaram que ficavam em pé entre seis e sete horas; 21,3% por oito horas ou mais; 8% por quatro e cinco horas; e 1% afirmou que ficava em pé entre uma e três horas. Do total, 13,5% não souberam ou não responderam à questão. As grávidas também permaneciam em pé como as demais, tendo apenas a colaboração das colegas de equipe para minimizar a jornada.

Em relação ao uso do uniforme, a grande maioria (66%) afirmou ser positivo; 21%, ser negativo; e 13%, indiferente. Dentre aquelas que o avaliaram positivamente, o motivo era que, com ele, não gastavam suas próprias roupas, e dentre as que o viam negativamente, o fato de ser desconfortável. Quanto ao que valorizavam nessa atividade laboral, 23,6% responderam que o melhor eram as colegas de trabalho e as amizades ali realizadas; 18% afirmaram não haver nada de bom e 9% não souberam ou não responderam. As demais manifestações dividiram-se entre: folgas nos fins de semana (7,9%); serviços rápidos (6,7%); o salário e os benefícios (5,6%); local/ambiente (4,5%); trabalhar de segunda a sexta (4,5%); a jornada diária (4,5%); a relação com o encarregado (3,4%); e outros com percentual insignificante.

Sobre os aspectos difíceis do trabalho, a concentração de respostas foi encontrada em: não haver dificuldades (18%); atrasos de pagamento (12%); serviço pesado (12%); lavagem dos ambientes (12%); não responderam (12%); desrespeito da empresa (9%); deslocamento casa-trabalho-casa (8%); convivência (6%); e limpeza de lugares insalubres (6%). Demais aspectos foram irrelevantes percentualmente.

Em relação a riscos no trabalho, 27% do contingente indicou as quedas; 22,5% responderam que estes não existiam; 19% apontou o risco de contaminação (por meio de lixos com agulhas e sangue, produtos químicos e contato com banheiros); 9% indicou o uso de materiais tóxicos; 8%, o risco de adquirir problemas de saúde (coluna, tendinite e alergias); 6%, o risco de acidentes com caldeiras, máquinas e choques elétricos; 4,4% apontaram o perigo de serem violentadas e assaltadas na circulação entre os prédios da universidade; e o restante não respondeu.

Ao serem indagadas sobre se sentirem discriminadas no ambiente de trabalho por exercerem a função de limpeza e conservação, 69,8% responderam afirmativamente; 29,2% responderam negativamente e 1% não soube ou não respondeu. As respostas mais frequentes: “tratam com inferioridade” (17,4%); “não nos respeitam” (15,2%); “discriminadas só por sermos da limpeza” (15,2%); “olhares desconfiados em relação a elas por parte de docentes, discentes e corpo técnico da universidade” (11%); e “discriminadas por colegas (homens) de trabalho” (11%).

No que se refere à autoidentificação, foram utilizadas as categorias de cor/raça e etnia propostas pelo IBGE, que compreende: branca, parda, preta, amarela e indígena. Dentre as respondentes, 40% se autodeclararam pardas; seguidas pelas brancas, com 25%; pretas, com 21%; amarelas, com 6%; e 8% não informaram. As negras, portanto, referem-se ao grande contingente de pardas somadas às pretas, o que totaliza 61%.

Em relação ao local de moradia, a grande maioria reside em cidades do DF (78%), mas há, também, uma parte significativa de terceirizadas no entorno do DF (22%), que pertence ao Estado de Goiás. Essa divisão de localidades favorece a empresa empregadora por possibilitar-lhe lidar com ausências devido a greves dos transportes públicos ora de uma região ora de outra. As cidades do DF têm cerca de 40 a 22 km de distância do *campus* situado em região socioeconomicamente privilegiada, o Darcy Ribeiro (o mais antigo e extenso dos *campi*), sendo uma média ainda maior em relação às do entorno, 55 km. Em várias dessas localidades não há ônibus direto para o Darcy Ribeiro, tendo a trabalhadora que contar com mais de uma condução para o deslocamento, gastando, aproximadamente, duas horas para ir e duas horas para voltar.

Um significativo percentual das terceirizadas tinha concluído o ensino médio (27%); 22% o possuíam incompleto; 26% concluíram a segunda fase do ensino fundamental; 24% com grau de instrução do 1º ao 5º ano escolar; 1% se revelou como alfabetizadas, não tendo sido encontrada taxa de analfabetismo entre elas. Foi identificada quantidade relevante (56%) de mulheres com cursos de capacitação em diversas áreas (manicure, cabeleireira, confeitaria, padeira, costureira, técnica em enfermagem, secretária e técnica em recursos humanos). Na atividade de terceirizadas de limpeza e conservação, não havia cursos de ensino ou aperfeiçoamento, mas mais da metade tinha capacitação para exercer outras atividades laborais. O maior índice das pessoas capacitadas foi registrado na faixa etária entre 30 e 39 (18%), sendo encontradas em todos os grupos etários das respondentes, de 25 a 49 anos, pessoas com capacitação. O grupo com maior concentração etária entre elas também se encontra entre 30 e 39 anos (36%), seguido pela faixa dos 40 aos 49 anos (35%).

O percentual de respondentes que afirmou ter recebido xingamento, humilhação e/ou insulto do companheiro ou ex-companheiro foi de 37%. Desses 37%, muitas relataram mais que violências verbais, chegando a indicar agressões físicas, psicológicas, morais e sexuais. Foram agredidas verbalmente pelo companheiro ou ex-companheiro 33,3% das trabalhadoras; agressões físicas tiveram incidência de 21,2%; agressões sexuais ou tentativas tiveram o percentual de 06% e o mesmo percentual tiveram relatos de brigas motivadas por ciúmes; demais quadros de violência tiveram baixos percentuais.

4 Discussão

O conjunto dos resultados evidencia uma série de usurpação de direitos, de desrespeito e do não reconhecimento da dignidade humana dessas trabalhadoras. Contudo, percebe-se que elas têm dificuldade de identificar e falar a respeito das violências e das discriminações diárias a que estão submetidas, levando-as a certa naturalização das diversas opressões e explorações. Entretanto, essas situações lhes geram incômodo, humilhação, constrangimento e tristeza. Ainda que sejam invisíveis aos olhos externos, não são indiferentes a elas, causando-lhes sentimentos de baixa autoestima, mal-estares, psicossomatizações, depressões e, enfim, sofrimentos físicos e psíquicos.

Uma fonte da violação de direitos trabalhistas e de violência institucional encontra-se no fato de haver constante transição de empresas prestadoras de serviços, o que faz com que o ciclo de trabalho dessas terceirizadas seja, em média, de um ano, o que não lhes permite usufruir das férias remuneradas e de contribuição previdenciária

contínua para a aposentadoria. Empresas atrasam salários por meses, pedem falência e não quitam os débitos com as/os funcionárias/os, abrindo depois outra pessoa jurídica para se relançar no setor de licitações sem pendências. São comuns a falta cotidiana de: apoio da empresa e valorização do trabalho pelos superiores; material de trabalho (produtos de limpeza e equipamentos adequados, como luvas, vassouras e pás); uniformes mais femininos; instrumentos ergonômicos às mulheres; chefias exercidas por mulheres; tratamento igualitário aos poucos colegas homens; facilidade nos percursos para se deslocarem de casa para o trabalho e deste para casa. Somam-se a isso o descaso com manterem-se de pé durante uma jornada inteira (inclusive grávidas), o alto risco de quedas, acidentes, atropelamentos e contaminações por produtos químicos, sangue, material cortante, serem expostas a ambientes insalubres e terem problemas correntes de saúde.

O sistema de trabalho a que estão submetidas é, em si, explorador, violento e opressivo. Não há preocupação com a qualidade de vida no ambiente laboral ou com o cumprimento das normas de trabalho decente estabelecidas pela Organização Internacional do Trabalho (OIT), da qual o Brasil participa. As empresas prestadoras de serviços terceirizados estão atentas apenas aos lucros e não ao bem-estar mínimo das/os trabalhadoras/es.

Para que haja trabalho decente é necessário que trabalhadores e empregadores tenham voz e representação em relação às questões que lhes dizem respeito e que o diálogo social seja adotado como método para compor e equilibrar diferenças e chegar a novos acordos produtivos e de convivência no trabalho (OIT, 2007, p. 21).

A terceirização de serviços é hoje comum em todos os setores da sociedade brasileira, visando reduzir custos de pessoal e produção e aumentar a produtividade, a eficiência e a margem de lucro (DAL ROSSO, 2008). Ao buscar diminuir os custos e isentar as responsabilidades trabalhistas com as/os funcionárias/os, a terceirização encontrou meio propício no Brasil, difundindo-se (CUNHA, 2015). As empresas prestadoras de serviços de limpeza, que são o maior contingente de trabalho terceirizado, foram as precursoras, originalmente trazidas por multinacionais com interesses econômicos. Essa dinâmica está no centro do capitalismo contemporâneo, o que significa também entendê-la como mais uma estratégia de poder. Força e consentimento são os recursos que o neoliberalismo utiliza para viabilizar esse grau de acumulação sem limites materiais e morais. A exploração e a opressão impõem-se nas condições laborais e salariais precárias, na intensificação e na pressão em prol da produtividade, bem como na permanente ameaça de desemprego. O consentimento a esse quadro é obtido diante da ideia constante, especialmente em tempos de crises, de que qualquer emprego é melhor que nenhum (DRUCK, 2011).

De acordo com o Dieese (2012, p. 2), “nos primeiros anos do século XXI, a terceirização continua a assumir dimensões cada vez mais significativas, sendo utilizada como um dos principais instrumentos para a precarização das relações de trabalho no Brasil”.

A terceirização institui cruéis condições de trabalho, oferece os piores termos de contrato, baixíssima remuneração, empregos ocasionais, sucessivos de curta duração ou com pequenos intervalos entre si (OIT, 2007). Além disso, estimula preconceitos

sociais em relação às pessoas que desenvolvem essas atividades, em particular preconceitos interseccionados de raça, gênero e classe social no caso das terceirizadas em questão.

Embora seja significativa a presença das mulheres no setor produtivo, há uma articulação entre imagens conservadoras a seu respeito e sua função na sociedade patriarcal e de herança escravista como a brasileira, que as desloca do papel social de mero trabalhador e lhes sobrecarrega com outras exigências. Como, tradicionalmente, as atividades relacionadas aos cuidados físicos, à higiene dos corpos e dos ambientes são destinadas às mulheres negras, são consideradas atribuições femininas racializadas,⁶ braçais e abjetas. Trata-se de atividades nada prestigiadas, com baixos rendimentos e sem qualificações técnicas para serem exercidas. Ainda que sejam desenvolvidas no âmbito público, seu perfil continua sendo o da ordem doméstica, como se fossem extensão do que executam no interior das casas (SORJ, 2000), tendo como fio condutor situações de violência por elas vividas das relações interpessoais familiares ao ambiente laboral.

O não reconhecimento do trabalho feito pelas mulheres é recorrente. Quem executa as atividades não é percebido, apenas sua função. O resultado de seu esforço só é mencionado negativamente quando deixa de ser feito, acumulando poeira e lixo. A invisibilidade pública dessas mulheres torna-se costumeira, resultado de um processo histórico de longa duração, o qual rebaixa a percepção alheia da pior forma de trabalho desqualificado, alienado e alienante. Serem ignoradas no dia a dia para o estabelecimento das interações sociais habituais é uma forma de violência simbólica e material que as oprime e humilha diariamente, além de se instalar difusamente na estrutura das relações sociais (COSTA, 2008; IRBER, 2016).

O reconhecimento gera uma vivência de satisfação no indivíduo, equilibrando a relação prazer/desprazer, diminuindo a carga de sofrimento psíquico e mantendo a mobilização subjetiva do/a trabalhador/a pró-trabalho. No caso do trabalho de LC [Limpeza e Conservação], o reconhecimento torna-se dificultado porque este é imaterial e invisível, isto é, só aparece no negativo, quando foi malfeito ou ainda não foi realizado (a sujeira possui materialidade), levando o sujeito a se tornar presente na ineficiência de seu fazer. (DIOGO e MAHEIRIE, 2007, p. 567).

As marcas corporais de gênero, raça e classe, somadas aos uniformes de limpeza e conservação, exalam tabu, o que impede as mulheres de usarem o banheiro da instituição, serem atendidas nas lanchonetes para se alimentar ainda com dinheiro nas mãos, passarem o dia sem ser alvos de olhares estranhos e ver lixo atirado no chão, sem serem cumprimentadas por inúmeras/os docentes, discentes e técnicas/os-administrativas/os, etc. Esse quadro evidencia a representação da própria sujeira nelas encarnada, tornando-as seres poluídos, contaminadores e emanadores de repulsa, que se quer longe e se descarta. Gera estranheza e surpresa que esse quadro se apresente no meio universitário, onde se espera o mais alto grau de civilidade, respeito aos direitos humanos, consciência cidadã e ótima formação educacional. Assim como Butler (2002)

6 Em uma sociedade racista, no senso comum, as pessoas brancas não são vistas como portadoras de raça/etnia. Estas seriam atribuições destinadas apenas aos grupos negros e indígenas, desqualificando-os.

explica que o corpo abjeto não é colocado em evidência, mas está ali, circula e não é percebido ou não é tido como importante, essas mulheres trazem consigo máculas corporais, sendo alvos de discursos e práticas que as destituem de humanidade e as impelem violentamente à forclusão⁷ das relações sociais instituídas na comunidade acadêmica.

Grande parte das terceirizadas é oriunda do emprego doméstico, no qual o isolamento nas residências particulares e a falta de pares no exercício laboral são fatores limitantes à reflexão coletiva sobre a condição em que se encontram e à organização política e sindical. Mesmo nas condições desgastantes e precárias, consideram ser terceirizadas de limpeza e conservação uma ascensão social, assim como as mulheres garis (BANDEIRA; ALMEIDA, 2015). A referência à mobilidade é entendida por elas, primeiramente, pela convivência e ressaltam que se apoiam e se ajudam, elaboram a indignação e o desejo de mudança individual e coletivamente (estratégias de resistência, greves, busca de interlocutores como esta pesquisa, etc.). Depois, mencionam a existência do patrão pessoa jurídica, carteira assinada, folgas semanais garantidas, não dormir no emprego, vale alimentação, embora reconheçam que a carga de trabalho pode ser mais dura e abjeta que no âmbito doméstico.⁸ Diante da atual realidade de desemprego no país, o trabalho terceirizado de limpeza e conservação torna-se a melhor opção dentre os postos precarizados e que exigem baixa especialização, especialmente por ter garantia, em princípio, dos direitos trabalhistas e estarem vinculadas a uma empresa, sem necessidade de seguirem como domésticas ou autônomas (manicures, doceiras, etc.).

Novamente, a interseccionalidade emerge por meio de traços estruturais do passado escravista e sexista no processo de construção da sociedade capitalista, na qual a mão de obra feminina escrava, que respondia pelo trabalho desqualificado, reaparece ressignificada em profissões atuais e que não são exploradas apenas pela chave econômica do individualismo. Conforme mostram Segato (2007) e Vieira (2014), o corpo das domésticas, em especial das babás, transita subalternamente entre o corpo instrumento, o corpo afeto e o corpo abjeto, o que revela a perversidade e a sutileza da opressão.

Mesmo que várias das terceirizadas tenham vontade de seguir com os estudos, possuem responsabilidades familiares não só referente aos cuidados com os filhos/as, como também com a limpeza, o alimento e a manutenção do lar. Ao chegarem em casa, após a jornada de trabalho e o longo deslocamento, continuam a desenvolver as atividades domésticas diárias, o que ocorre também nos fins de semana e nos feriados. Os poucos momentos de lazer que desfrutam são em família ou em reuniões de igreja, o que demanda envolvimento com mutirões, piqueniques, feitura de lanches e almoços, limpeza dos utensílios e cozinhas utilizados, etc. O fato de serem mães, estarem inseridas em famílias e não serem tão jovens confirma a presença, cada vez mais constante, desse perfil de mulheres no mercado de trabalho (DIOGO; MAHEIRIE, 2007).

7 "Forclusão": conceito do campo da psicanálise, que se refere a uma estrutura psíquica primordial de defesa do sujeito. Esse mecanismo não atua sobre significante previamente existente e, portanto, inserido em uma cadeia consciente de significantes. Ao se forcluir algum conteúdo da experiência do sujeito, exclui-se sua própria nomenclatura e o reconhecimento de sua importância.

8 *Retrato das desigualdades de gênero e raça* (2017) aponta o emprego doméstico como outra relevante ocupação feminina, o qual passou a ter direitos iguais aos das demais profissões em 2013 (PEC das Domésticas, regulamentada em 2015). Ocupação de 18% das mulheres negras e de 10% das brancas em 2015.

No entanto, foram registrados índices de capacitação em todas as faixas etárias das participantes desta pesquisa, o que demonstra que essas mulheres procuram, apesar de todas as dificuldades, tempo e disposição pessoal para se capacitar a desenvolver outras atividades que não seja de limpeza e conservação. Além disso, essas mulheres aspiram realizar cursos na UnB, frequentar a biblioteca e ter maior interação com a comunidade acadêmica, conforme várias manifestações nas entrevistas individuais e nos grupos focais.

Enfim, as terceirizadas estão expostas a violências não episódicas, casuais ou reservadas ao âmbito do trabalho, sendo submetidas a outras facetas cruéis do racismo, do sexismo e do classismo no cotidiano, como significativamente relatado por elas sobre a violência doméstica, desferida por seus companheiros e ex-companheiros, bem como relatado a respeito das apreensões de serem assaltadas e violentadas sexualmente nas dependências dos *campi*.

Soma-se a esse quadro o contexto social no qual o perfil sociorracial dessas mulheres está inserido, ou seja, no país há uma linha ascendente de mortalidade materna entre mulheres negras (SPM, 2014) e o crescimento de 54% dos homicídios de mulheres negras ante a queda do número de brancas assassinadas em 10% no período de 2003 a 2013 (WASELFISZ, 2015). Além disso, acentua esse contexto crítico a informação divulgada pelo *Atlas da violência 2017* (IPEA; FBSP, 2017): a persistência entre o recorte racial e a violência contra as mulheres de 2005 a 2015 (a mortalidade de não negras caiu 7,4% em comparação com o aumento de 22% entre as mulheres negras no período) piora ao ser articulada aos dados alarmantes sobre o genocídio dos jovens negros, ou seja, seus filhos, netos, sobrinhos, etc.

Vê-se, então, que a racialização e a genderização dos corpos são inseparáveis de sua inserção econômica: a sociedade não está apenas dividida entre homens e mulheres, ricos e pobres, também entre homens brancos e negros, mulheres brancas e negras, possuindo cada subgrupo um papel e uma posição na escala social. Patriarcado, racismo, colonialismo e capitalismo estão articulados permanentemente, pesando em especial sobre as mulheres negras. Para Almeida e Pereira (2012), a colonialidade do poder, como política articuladora desses marcadores sociais, reorganizou e ressignificou a esfera pública dos grupos negros e o dito pacto social entre as/os cidadãs/aos, como remodelou a hierárquica esfera privada e comunitária nesse processo colonizador.

Jurema Werneck (2005) também chama a atenção para a luta empreendida desde a escravidão pelas mulheres negras, sendo capazes de proposições positivas e alternativas de sociabilidade, coletividade de interesses, espaço público e liderança feminina. Ela recoloca a dimensão ativista que as mulheres têm vivenciado, desde o passado até o presente, contra o patriarcado, o racismo, a dominação política e econômica. Nos diversos espaços de atuação, as ações de confronto eram indissociáveis, o que acadêmicas chamariam recentemente de interseccionalidade, como ocorreu com o feminismo como teoria, que também surgiria depois.

Interseccionalidade refere-se principalmente a uma tentativa de aproximação com a perspectiva de integralidade de indivíduos e grupos a partir do ponto de vista ocidental em vigor que dissocia, hierarquiza e racionaliza diferentes aspectos da existência. Ou seja, se esta forma de conceituação pode significar um passo adiante na incorporação da perspectiva de ação posta pelas mulheres negras, ela ainda se mostra insuficiente por sua dificuldade de as-

sumir, por exemplo, as perspectivas culturais de matriz africana [...] É como se a ialodê, partida em múltiplos pedaços, fosse reconstituída pela noção de interseccionalidade. Mas ainda não enfrenta o ponto de vista onde ela possa ser inteira, autêntica, impedindo-se a fragmentação secundária a processos de dominação que a inferiorizam e desqualificam (WERNECK, 2005).

Conclusões

A perspectiva interseccional aponta para significativas transformações no conhecimento acadêmico e nas políticas em planos de análise e intervenção sobre as relações sociais brasileiras. Reflexões que pautam gênero, raça e classe em contexto laboral, permeado por precarização, invisibilidade, discriminação e abjeção, são de grande relevância para que sejam apontadas as violências em meio às falácias da modernidade, que anuncia o pacto econômico, a igualdade e a justiça social, bem como as violências em momento de perdas de direitos, suspensão de assistência, perversas reformas trabalhista e previdenciária que alcançam dura e prioritariamente as mulheres negras pobres no país. Neste momento em que antigos e consolidados direitos trabalhistas estão sendo rompidos pelo atual governo federal e o avanço do neoliberalismo parece ganhar força no Brasil na expansão dos serviços terceirizados não apenas para atividades meio das instituições, como também para as atividades fins, essa perspectiva de abordagem é bem-vinda para contribuir com análises mais complexas e amplas das intrincadas e injustas relações existentes na sociedade brasileira.

Contudo, a perspectiva interseccional não traz apenas o ângulo da submissão dessas mulheres a sistemas articulados e multifacetados de exploração e opressão. Isso acaba estereotipando-as sob o rótulo fixo e desvalorizado de “vítimas”, retirando-lhes a força e a capacidade de superarem e redimensionarem as adversidades em que se encontram. Essa perspectiva também afirma suas formas próprias de resistência, as quais estariam imbricadas nas mesmas condições de gênero, raça e classe, mas aí reelaboradas com base em sua criatividade emancipatória e seu desejo de transformação. Por isso, ante a ação discursiva e prática da ideologia burguesa, branca, patriarcal e moderna, muitas vezes representada e propagada pelas Ciências Sociais e Humanas, é importante ter um olhar sensível para colocar o sujeito em movimento nessa perspectiva, trazendo à tona sua marca diferencial como signo vívido de identificação, não simples categorias emblemáticas.

Cabe à/ao cientista e à/ao agente pública/o não se constituírem em mais uma referência dessa esfera de poder, inibindo a alteridade, a insatisfação e a negação do sujeito dentro dos significantes que lhe são impostos e com os quais é obrigado a operar para sobreviver. É fundamental romper com esse *topos* instituído pela ciência e pelo Estado, que também pode tornar-se uma armadilha à violência epistemológica ao se referir à interseccionalidade. Buscar compreender e respeitar as identidades que estão em jogo, aproximando-se das suas nuances e dando-lhes o encaminhamento afinado com os interesses e os valores manifestos pelas mulheres em questão, leva-as além da dinâmica de interação entre vários sistemas de poder.

À interseccionalidade como resultado de um ponto de vista próprio às diversas experiências das mulheres, agrega-se a ideia complexa de conhecimento situado. A multiplicidade de diferenciações contribui para a pluralização do pensamento crítico feminista, antirracista e anticlassista, trazendo conotações distintas no que se refere

às maneiras sofisticadas pelas quais o poder opera e, em paralelo, pelas quais novas agências emergem, ainda que se encontrem à margem das dinâmicas sociais valorizadas na modernidade. A produção científica, assinada por intelectuais negras no país, tem sido um exemplo paradigmático, auxiliando a compor a literatura formativa de um amplo público. Esta vem se expandindo com a inserção de estudantes negras e pobres nas universidades pelas cotas raciais e sociais, algumas inclusive familiares e conhecidas das terceirizadas que foram mencionadas, amplificando suas reivindicações por tratamento digno, equânime e respeitoso em todas as searas da vida.

Certamente, muitas dessas estudantes somar-se-ão às publicações em revistas brasileiras de referência aos estudos de gênero, raça e classe, como as identificadas por Kirjner (2016).⁹ Estas surpreendem pelo fato de que a discussão que melhor representou um pensamento original foi que, apesar de o feminismo negro estadunidense ser importante à análise da nossa realidade, a maioria das argumentações almeja autonomia, em especial ao descreverem raça em posição central à construção de gênero e classe no nosso país. Além disso, explicitam que as mulheres negras não são aqui privadas só dos privilégios, mas do discurso sobre as próprias violências sofridas. Que suas vozes, enfim, sejam por elas protagonizadas e por nós ouvidas, alargando nossos horizontes de humanidade, direitos e justiça social.

Referências

ABREU, A. R. P. Globalización, género y trabajo. In **El Trabajo de las Mujeres en el Tempo Global**. Ediciones de las Mujeres, n. 22, Santiago/Chile, 1995.

ALMEIDA, T. M. C.; PEREIRA, B. C. J. Violência doméstica e familiar contra mulheres pretas e pardas no Brasil: reflexões pela ótica dos estudos feministas latino-americanos. **Crítica e Sociedade: Revista de Cultura Política**, v. 2, n. 2, p. 42-63, 2012.

ARAÚJO, C. e SCALON, C. (Org.). **Gênero, família e trabalho no Brasil**. Rio de Janeiro: FGV/Faperj, 2005.

AZEREDO, S. Teorizando sobre gênero e relações raciais. **Revista Estudos Feministas**, p. 203-216, 2º sem. 1994. Edição especial.

BAIROS, L. Nossos feminismos revisitados. **Revista Estudos Feministas**, v. 3, n. 2, 1995.

BALLESTRIN, Luciana. América Latina e o giro decolonial. **Rev. Bras. Ciênc. Polít.** [online]. n. 11, p. 89-117, 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-33522013000200004&script=sci_abstract&lng=pt>.

BANDEIRA, L.; ALMEIDA, T. M. C. A dinâmica de desigualdades e interseccionalidades no trabalho de mulheres da limpeza pública urbana: o caso das garis. **Mediações – Revista de Ciências Sociais**, v. 20, p. 160-183, 2015.

BANDEIRA, L.; OLIVEIRA, E. Representações de gênero e moralidade na prática profissional da enfermagem. **Revista da Associação Brasileira de Enfermagem**, Brasília, V. 51, n. 4, p. 677-696 out./dez. 1998.

9 São analisadas a *Revista de Estudos Feministas* e os *Cadernos Pagu*, de 1992 a 2015.

BAUER, M.; GASKELL, G. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Petrópolis: Vozes, 2002.

BERNARDINO-COSTA, J.; FIGUEIREDO, Â.; CRUZ, T. **A realidade do trabalho doméstico na atualidade**. Brasília: CFEMEA, 2011.

BRASIL. **Constituição**. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, 1988. _____. Lei Complementar n. 150, de 1º de junho de 2015. Dispõe sobre o contrato de trabalho doméstico; altera as Leis n. 8.212, de 24 de julho de 1991, n. 8.213, de 24 de julho de 1991, e n. 11.196, de 21 de novembro de 2005; revoga o inciso I do art. 3º da Lei n. 8.009, de 29 de março de 1990, o art. 36 da Lei n. 8.213, de 24 de julho de 1991, a Lei n. 5.859, de 11 de dezembro de 1972, e o inciso VII do art. 12 da Lei n. 9.250, de 26 de dezembro 1995; e dá outras providências. Diário Oficial, Brasília, 2015. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/LCP/Lcp150.htm>.

_____. Emenda Constitucional n. 72/2013. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/emecon/2013/emendaconstitucional-72-2-abril-2013-775615-publicacaooriginal-139358-pl.html>>. Acesso em: 10/09/2018.

BRUSCHINI, C.; SORJ, B. (Orgs.). **Novos olhares: mulheres e relações de gênero no Brasil**. São Paulo: FCC/Marco Zero, 1994.

BUTLER, J. **Gender trouble: feminism and the subversion of identity**. New York: Routledge, 1990.

CARNEIRO, S. **A mulher negra brasileira na década da mulher**. São Paulo: Nobel, 1985.

COHEN, L.; MANION, L. **Research methods in education**. 4th ed. London: Routledge, 1994.

COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA E O CARIBE (CEPAL). **Las mujeres en América Latina y el Caribe em los años noventa: elementos de diagnóstico y propuesta**. Santiago de Chile, 1997. Série Mujer y Desarrollo, n. 18.

COSTA, F. B. **Moisés e Nilce: retratos biográficos de dois garís. Um estudo de psicologia social a partir de observação participante e entrevistas**. Tese (Doutorado em Psicologia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

CRENSHAW, K. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Revista Estudos Feministas**, ano 10, v. 1, p. 171-188, 2002.

CUNHA, Y. R. Terceirização e o setor público. **Política & Trabalho**, n. 43, 2015.

DAL ROSSO, S. **Mais trabalho! A intensificação do labor na sociedade contemporânea**. São Paulo: Boitempo, 2008.

DAWSON, S.; MANDERSON, L.; TALLO, V. L. **A manual for the use of focus groups**. Methods for social research in disease. Boston: World Health Organization, 1993.

DEJOURS, C. **A loucura do trabalho: estudo de psicopatologia do trabalho**. São Paulo: Cortez/Oboré, 1992.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS (DIEESE). **Terceirização e negociação coletiva**: velhos e novos desafios para o movimento sindical brasileiro. Nota técnica n. 112. São Paulo: Dieese, jul. 2012. Disponível em: <<https://www.dieese.org.br/notatecnica/2012/notaTec112terceirizacao.pdf>>. Acesso em: 20/01/2018.

DIOGO, M. F.; MAHEIRIE, K. De balde e vassoura na mão: os sentidos que mulheres serventes de limpeza atribuem aos seus trabalhos. **Revista Mal-Estar e Subjetividade**, v. 7, n. 2, p. 557-579, 2007.

DOUGLAS, M. **Pureza e perigo**. São Paulo: Perspectiva, 1976.

DRUCK, G. Trabalho, precarização e resistências: novos e velhos desafios? **Caderno CRH**, Salvador, v. 24, n. 1, p. 37-57, 2011. Edição especial.

ESTUDOS FEMINISTAS. CIEC/ECO/UFRJ, Rio de Janeiro, p. 6-10, 2º sem., jun. 1994. Edição especial.

FOLHA DE S. PAULO. Escolaridade não equipara renda entre negros e brancos. Mercado. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2017/11/1935511-instrucao-maior-eleva-fosso-salarial-entre-branco-e-negro.shtml>>. Acesso em: 15/11/2017.

GOMES, M. E.; BARBOSA, E. **A técnica de grupos focais para obtenção de dados qualitativos**. São Paulo: Educativa, 1999.

GONZALEZ, L. A mulher negra na sociedade brasileira. In: LUZ, M. (Org.). **O lugar da mulher**: estudos sobre a condição feminina na sociedade. Rio de Janeiro: Graal, 1982. _____. Racismo e sexismo na cultura brasileira. In: SILVA, L. et al. **Movimentos sociais urbanos, minorias étnicas e outros estudos**. Brasília: Anpocs, 1983.

HASENBALG, C. A. **Discriminação e desigualdades raciais no Brasil**. Belo Horizonte: UFMG e Rio de Janeiro: IUPERJ, 1979.

Hasenbalg, C. A.; Silva, N. V. **Estrutura social, mobilidade e raça**. Rio de Janeiro: IUPERJ/Vértice, 1988.

HIRATA, H.; KERGOAT, D. **La división sexual del trabajo**: permanência y cambio. Buenos Aires: Asociación Trabajo y Sociedad, Centro de Studios de la Muljer e Piette/Conicet, 1997.

HIRATA, H. Gênero, classe e raça: interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais. **Tempo Social**, v. 26, n. 1, p. 61-73, 2014.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). **Mulheres e trabalho**: breve análise do período 2004-2014. Brasília: Ipea, 2016.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA); ONU MULHERES. **Retrato das desigualdades de gênero e raça**: 1995 a 2015. Brasília: Ipea, 2017.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA); FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA (FBSP). **Atlas da violência 2017**. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/download/2/atlas-2017>>.

Irber, B. G. C. **Trabalhadoras terceirizadas de limpeza e conservação da UnB**: relatos de violências, invisibilidade e precarização. Monografia (Graduação em Sociologia) – Departamento de Sociologia/UnB, 2016.

KIRJNER, D. A. P. **Entre gênero e espécie**: à margem teórica das ciências sociais e do feminismo. Tese (Doutorado em Sociologia) – PPGSOL/UnB, 2016.

KRISTEVA, J. **The power of horror**: an essay on abjection. New York: Columbia University Press, 1986.

KÜCHEMANN, B. A. Estratégias de sobrevivência de mulheres no setor informal urbano. In: KOHLHEPP, G. (Org.). **Brasil**: modernização e globalização. Madrid: Iberamericana/Frankfurt am Main: Vervuert Verlag, 2001. p. 155-174.

_____. Mulheres no mundo do trabalho: em busca de um modelo de desenvolvimento inclusivo. In: DAL ROSSO, S.; FORTES, J. A. A. S. (Orgs.). **Condições de Trabalho no Limiar do Século XXI**. Brasília: Época, 2008. p. 71-87.

LUGONES, M. Heterossexualismo and the colonial modern gender. **Hypatia**, v. 22, n. 1, p. 186-209, 2007.

_____. Colonialidad y género. **Tabula Rasa**, p. 73-101, jul.-dic. 2008.

MELO, H. P.; CONSIDERA, C. M.; SABBATO, A. Os afazeres domésticos contam! **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 16, n. 3 (31), p. 435-454, dez. 2007.

MELO, H. P.; CASTILHO, M. Trabalho reprodutivo quem faz e quanto custa. **Revista de Economia Contemporânea**, Rio de Janeiro, UFRJ, n. 13, 1/2009.

MENDOZA, B. La epistemología del sur, la colonialidad del género y el feminismo latinoamericano. In: MIÑOSO, Y. E. **Aproximaciones críticas a las prácticas teórico-políticas del feminismo latinoamericano**. Buenos Aires: Ediciones de la Frontera, 2010.

MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. São Paulo: Hucitec/Abras-CO, 1992.

NOBRE, M. Trabalho doméstico e emprego doméstico. In: COSTA, A. A. et al. (Org.). **Reconfiguração das relações de gênero no trabalho**. São Paulo: CUT Brasil, 2004.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO (OIT). **O ABC dos direitos das mulheres trabalhadoras e da igualdade de gênero**. Portugal, 2. ed. 2007. Disponível em: <http://www.oitbrasil.org.br/sites/default/files/topic/gender/pub/abc%20dos%20direitos%20das%20mulheres_606.pdf>.

ORTNER, S.; WHITEHEAD, H. **Accounting for sexual meanings in sexual meanings**: the cultural construction of gender and sexuality. Cambridge: Cambridge University Press, 1981.

OSORIO, R. G. **O sistema classificatório de cor ou raça do IBGE**. 2003. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_0996.pdf>.

RIBEIRO, M. Mulheres negras brasileiras: de Bertiooga a Beijing. **Revista Estudos Feministas**, v. 3, n. 2, p. 446-457, 1995.

RICO, N. **Formación de los recursos humanos femeninos**: prioridad del crecimiento y la equidad. Santiago de Chile: Cepal, 1996. Série Mujer y Desarrollo, 15.

SAFFIOTTI, H. Rearticulando gênero e classe social. In: BRUSCHINI, C.; COSTA, A. (Orgs.). **Uma questão de gênero**. São Paulo: Rosa dos Tempos/FCC, 1992.

_____. Diferença ou indiferença: gênero, raça/etnia, classe social In: ADORNO, S. **A sociologia entre a modernidade e a contemporaneidade**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1995.

SECRETARIA DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES (SPM). **Relatório anual socioeconômico da mulher (Raseam)**, 2014. Disponível em: <<https://exposicao.enap.gov.br/items/show/91>>.

SEGATO, R. L. **Las estructuras elementales de la violencia**: ensayos sobre género entre la antropología, el psicoanálisis y los derechos humanos. Buenos Aires: Prometeo/ Universidad de Quilmes, 2003.

_____. O Édipo brasileiro: a dupla negação de gênero e raça. In: STEVENS, C. (Org.). **Maternidade e feminismo**: diálogos interdisciplinares. Florianópolis: Ed. Mulheres; Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2007.

SILVA, D.; PORTO JUNIOR, F. O Estado Brasileiro e a ressignificação do outro. **Revista Brasileira de Educação de Jovens e Adultos**, v. 3, n. 5, p. 163-185, 2015.

SORJ, B. Sociologia e trabalho: mutações, encontros e desencontros. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 15, n. 43, São Paulo, p. 25-34, 2000.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

TURATO, E. **Tratado de metodologia da pesquisa clínico-qualitativa**. Petrópolis: Vozes, 2003.

VIEIRA, N. S. **O trabalho da babá**: trajetórias corporais entre o afeto, o objeto e o abjeto. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – PPGSOL/UnB, 2014.

Waiselfisz, J. J. **Mapa da violência 2015**: homicídio de mulheres no Brasil. Disponível em: <http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2015/MapaViolencia_2015_mulheres.pdf>.

WARNER, M. **The letters of the Republic**: publication and the public sphere in eighteenth-century America. Cambridge, Mass.: Harvard University Press, 1990.

_____. The mass public and the mass subject. In: CALHOUM, C. (Ed.). **Habermans and the public sphere**. Cambridge, Mass.: The Mit Press, 1992.

WERNECK, J. De ialodês e feministas. **Nouvelles Questions Féministes – Revue Internationale Francophone**, v. 24, n. 2, 2005. Disponível em: <<http://mulheresrebeldes.blogspot.com/2008/10/de-ialods-e-feministas.html>>.

WOOLF, V., CAMARGO, P. D. F. e CASTRO, J. A. F. D. **Kew gardens**: o *status* intelectual da mulher. Um toque feminino na ficção. Profissões para mulheres. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

YANNOULAS, S. C. **Perspectivas de género y políticas de formación e inserción laboral en América Latina**. 1. ed. Buenos Aires: RedEtis, IPE/Unesco – Ides, 2005.